

IMB Têxtil S.A.

CNPJ/MF nº 58.500.398/0001-05

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)												
Ativo	Nota	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)		
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024	
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.136	12.768	35.580	21.285	Fornecedores	13	13.922	14.965	13.922	14.965	
Contas a receber de clientes	6	68.158	67.618	89.733	88.344	Empréstimos e financiamentos	12	65	34.777	65	34.777	
Estoque	7	21.914	21.611	21.914	21.611	Passivo de arrendamento	22	3.673	1.402	3.673	1.402	
Impostos a recuperar	8	1.006	640	1.015	673	Obrigações sociais e trabalhistas	14	8.007	6.105	10.796	8.469	
Adiantamentos	9	1.701	922	2.036	952	Obrigações tributárias	15	4.233	4.558	4.826	5.242	
Dividendos a receber		17.000	7.310	-	-	Imposto de renda e contribuição social	17	-	154	2.523	2.721	
Total do ativo circulante		126.915	110.869	150.278	132.865	Dividendos a pagar		26.331	19.581	26.331	19.581	
Não circulante						Outras contas a pagar		5.141	4.248	5.501	5.060	
Contas a receber de clientes	6	200	168	249	168	Total do passivo circulante		61.372	85.790	67.637	92.217	
Outras contas a receber		-	20	-	20	Não circulante						
Adiantamentos	9	23	230	23	230	Obrigações tributárias	15	-	-	1.293	1.575	
Imposto de renda e contribuição social						Provisão para contingências	16	181	-	183	-	
diferidos	10	7.623	7.809	7.623	7.809	Passivo de arrendamento	22	13.811	6.546	13.811	6.546	
Mútuos financeiros entre partes relacionadas		-	-	-	15.800	Outras contas a pagar		68	173	68	173	
Depósitos judiciais		863	926	863	926	Total do passivo não circulante		14.060	6.719	15.355	8.294	
Ativo de direito de uso	22	16.194	7.083	16.194	7.083	Patrimônio líquido						
Investimentos	11	15.889	29.844	-	-	Capital social	18	70.653	29.653	70.653	29.653	
Imobilizado		2.102	2.238	2.139	2.288	Reserva de lucros		6.525	20.101	6.525	20.101	
Intangível		255	530	255	530	Reserva de capital		17.454	17.454	17.454	17.454	
Total do ativo não circulante		43.149	48.848	27.346	34.854	Total do patrimônio líquido		94.632	67.208	94.632	67.208	
Total do ativo		170.064	159.717	177.624	167.719	Total do passivo e do patrimônio líquido		170.064	159.717	177.624	167.719	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido – Período findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)												
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros a destinar	Lucro/(Prejuízos) acumulados	Controladora e Consolidado (Não auditado)				
								2025	2024			
Saldos em 01 de janeiro de 2024		29.653	17.454	2.478	10.905	-	-	-	-	60.490	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(10.905)	-	-	-	-	(10.905)	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(10.000)	-	-	-	-	(10.000)	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	36.830	-	-	36.830	-	-
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	-	(36.830)	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(9.207)	-	-	-	-	(9.207)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		29.653	17.454	2.478	17.623	-	-	-	-	67.208	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(17.622)	-	-	-	-	(17.622)	-	-
Dividendos intermediários		-	-	-	(19.800)	-	-	-	-	(19.800)	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	31.375	-	-	31.375	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	31.375	-	(31.375)	-	-	-	-	-
Aumento de capital		41.000	-	-	-	-	-	-	-	41.000	-	-
Constituição da reserva legal		-	-	1.264	(1.264)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(7.529)	-	-	-	-	(7.529)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18	70.653	17.454	3.742	2.783	-	-	-	-	94.632	-	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de reais)												
1. Contexto operacional – A IMB Têxtil S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855 – Andar 1 – Conjuntos 11 e 12 – Edifício Francisco Lopes – Vila Olímpia – São Paulo-SP, possui como atividades predominantes o comércio, importação e exportação de meias, confecção de roupas íntimas, artigos de vestuário e têxteis em geral, além de beneficiamento, tingimento e estampagem de produtos têxteis, e possui cerca 204 franquias, entre elas, 3 são fora do Brasil e 10 Outlets. Em 30 de setembro de 2025, a acionista Americanas S.A. – em Recuperação Judicial – em linha com o disposto no Plano de Recuperação Judicial, o qual prevê a alienação da UPI Uni.Co em processo competitivo, divulgou que recebeu e aceitou a proposta vinculada da Fan Store Entretenimento S.A. ("BandUP") para aquisição de 100% das ações da Uni.co S.A. Em 06 de fevereiro de 2026 a acionista Americanas em Recuperação Judicial – divulgou um comunicado ao mercado sobre a publicação do edital de alienação judicial da UPI Uni.Co, por meio de processo competitivo mediante a apresentação de propostas fechadas em audiência a ser realizada em 25 de março de 2026, com fundamento no inciso V do art. 142 da Lei nº 11.101/2005. Controladas: A Companhia é controladora da seguinte empresa: Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. – 100% A Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. , é uma empresa individual de responsabilidade limitada, situada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855 – Andar 1 – Sala 6 – Conjuntos 11 e 12 – Edifício Francisco Lopes – Vila Olímpia – São Paulo-SP, tem como atividade principal a exploração de concessão e gestão de franquias da marca Puket. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo internacional Accounting Standards Board (IASB) e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração no dia 27 de fevereiro de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. (i) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas: (ii) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 3 m (i) – Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) – Ativos Financeiro e 6 – Contas a receber: Mensuração e registro de perda por redução ao valor recuperável, principal premissa na determinação da taxa média ponderada de perda; Nota explicativa 7 – Estoques: Critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques. Nota explicativa 10 – Impostos diferidos: A análise de realização dos impostos diferidos gerados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa, baseados em perspectiva de lucro tributável futuro. Nota explicativa 16 – Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. (iii) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 4 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros . 3. Principais políticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a. Base de consolidação: Combinação de negócios: Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas												
Demonstrações dos Resultados Período findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)												
	Nota	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)								
		2025	2024	2025	2024							
Receita operacional líquida	19	158.271	151.353	202.258	192.172							
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	20	(82.773)	(81.492)	(82.773)	(81.492)							
Lucro bruto		75.498	69.861	119.485	110.680							
Despesa de vendas	20	(33.882)	(26.854)	(37.646)	(30.803)							
Despesas gerais e administrativas	20	(36.460)	(27.553)	(39.549)	(30.196)							
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros		(1.696)	1.116	(1.601)	1.337							
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		224	422	224	421							
Resultado equivalência patrimonial		33.626	30.481	-	-							
Resultado operacional antes do resultado financeiro		37.310	47.473	40.913	51.439							
Despesas financeiras		(8.081)	(10.116)	(8.819)	(10.742)							
Receitas financeiras		2.739	2.056	5.980	3.846							
Resultado financeiro líquido	21	(5.342)	(8.060)	(2.839)	(6.896)							
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		31.968	39.413	38.074	44.543							
Imposto de renda e contribuição social correntes		(408)	(1.801)	(6.514)	(6.931)							
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(185)	(782)	(185)	(782)							
Total do imposto de renda e contribuição social	17	(593)	(2.583)	(6.699)	(7.713)							
Lucro líquido do exercício		31.375	36.830	31.375	36.830							
Resultado por ação ordinária básico e diluído (em R\$)		3,0120	11,2770									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Demonstrações de Resultados Abrangentes Período findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)												
		Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)								
		2025	2024	2025	2024							
Lucro líquido do exercício		31.375	36.830	31.375	36.830							
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-							
Resultado abrangente do exercício		31.375	36.830	31.375	36.830							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)												
		Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)								
		2025	2024	2025	2024							
Fluxo de caixa das atividades operacionais												
Resultado de equivalência patrimonial		(33.626)	(30.481)	-	-							
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		1.696	(1.116)	1.601	(1.337)							
Provisão para contingências		207	-	210	-							
Provisão para perda de estoques		366	118	366	118							
Baixa de ativo imobilizado e ativo intangível		15	7	15	7							
Impostos diferidos		185	782	185	782							
Imposto de renda e contribuição social		408	1.801	6.514	6.931							
Juros sobre arrendamentos		1.489	686	1.489	686							
Juros sobre empréstimos e financiamentos		4.208	3.676	4.208	3.676							
Depreciação e amortização		4.048	2.986	4.062	2.998							
Outros		(62)	(963)	(59)	(878)							

de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia e suas controladas baixarem parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia e suas controladas baixarem apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado. c. **Reconhecimento de receitas:** As receitas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem. A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: - Identificar o contrato com o cliente; - Identificar as obrigações de performance no contrato; - Determinar o preço das transações; - Alocar o preço da transação às obrigações de performance; - Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de performance. **Receita venda de produtos:** Os critérios utilizados pela Companhia e suas controladas no reconhecimento da receita de venda de produtos ocorrem quando as seguintes condições forem satisfeitas: • A Companhia cumpriu ao franqueado e lojista todas as obrigações de performance relacionados à propriedade dos produtos; • A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • Nas operações do e-commerce o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, que atualmente é inferior a 4%, não necessitando de constituição de provisão para desfazimento da venda; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • E provável que o valor da contraprestação a receber associados à transação fluirão para a Companhia; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. **Receita de royalties e serviços:** • A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. A receita é reconhecida em duas oportunidades; a primeira parcela na assinatura do contrato de franquia, e um percentual sobre as compras e/ou vendas realizadas pelos franqueados, dependendo da marca, no período de competência. d. **Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das dispo-

continua...

... continuação	IMB Têxtil S.A.
sições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 5 – Caixa e equivalentes de caixa). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia e suas controladas desconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia e suas controladas desconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. e. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor do realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui ajustes incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los para suas localizações e condições existentes. O custo das mercadorias para revenda compreende o custo do material importado, o que abrange os respectivos impostos de importação e demais despesas aduaneiras. f. Investimentos: Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. g. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, a depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:	controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "forward looking". A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: – é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. (ii) Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. I. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. m. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos de fornecedores, variação cambial ativa e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial passiva e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: - valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do desconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. n. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A controlada Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. tributa seus lucros pelo Lucro Presumido, neste caso, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 4,80% para imposto de renda e 2,88% para contribuição social. Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas: - 15% de imposto de renda sobre a receita financeira apurada no período; -10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 60 no trimestre, ou pelo resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração; - 9% de contribuição social sobre a receita financeira apurada no período. (ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto de renda não é reconhecido para: - diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; - diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e - diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. o. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. p. Novas normas contábeis e interpretações vigentes e não vigentes: Apresentamos a seguir as normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025: • Preço de Transferência (Lei nº 14.596/23): As operações com partes relacionadas e/ou paraísos fiscais no exterior foram adequadas às novas regras vigentes. Não houve impacto relevante na apuração do IRLP e CSLL. • IAS 1 / CPC 26: Esclarecimentos sobre a classificação de passivos como circulante ou não circulante, baseados em direitos existentes ao final do período de reporte, e não houve impacto na data base das demonstrações financeiras. • CPC 18 (R3) e ICP 09 (R3): Atualização sobre o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) em demonstrações
Benefitorias em imóveis de terceiros Equipamentos de processamento de dados Instalações Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios	Vida útil (Não auditado) 11 anos 5 anos 10 anos 10 anos 10 anos
Softwares	Vida útil (Não auditado) 2 a 5 anos
i. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: (i) Arrendamentos: Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas têm o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. j. Provisões: As provisões são reconhecidas quando: 1) a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; 2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e 3) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação que refletem os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da atualização monetária é reconhecido como despesa financeira. k. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): (i) Ativos financeiros: A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas	

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	17.136	12.768	35.580	21.285
Contas a receber de clientes	68.358	67.786	89.982	88.512
Outras contas a receber	—	20	—	20
Adiantamentos	1.724	1.152	2.059	1.182
	87.218	81.726	127.621	110.999

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber são divulgadas nas notas explicativas 6 e 3 k (i), respectivamente. **(iii) Risco de liquidez:** É o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que tenham caixa suficiente para

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Controladora (Não auditado)					
	Saldo em 31/12/2025	Entre 2025 e 2026	Entre 2026 e 2027	Entre 2027 e 2028	Entre 2028 e 2029	Entre 2029 e 2030
Passivos financeiros não derivativos	31.12.2025	2025	2026	2027	2028	2029
Fornecedores e outras contas a pagar	19.131	19.064	67	—	—	19.131
Passivos de arrendamentos	17.483	3.673	4.038	9.772	—	17.483
Empréstimos e financiamentos	65	65	—	—	—	65
	36.679	22.802	4.105	9.772	—	36.679

(iv) **Risco de mercado:** É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco cambial:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados. A exposição cambial está assim representada:

	Controladora e Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
Contas a receber – exterior	286	186
Fornecedores – exterior	(4.958)	(6.781)
Exposição líquida	(4.672)	(6.595)
Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio:		
A Companhia e suas controladas possuem ativos atrelados à moeda estrangeira – dólar (USD) – no balanço		

Operação	Valores R\$	Risco	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
			Taxa CDI estimada	Receita/(despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita/(despesa) estimada
Aplicações financeiras	16.806	Baixa CDI	15,00%	2.521	11,25%	1.891
Empréstimos e financiamentos	(65)	Alta CDI	15,00%	(10)	18,75%	(12)
Efeito líquido				2.511		1.879

(vi) **Risco operacional:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **b. Instrumentos financeiros – valor justo:** Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 são, em todos os casos, uma aproximação razoável do valor justo por ter vencimento no curto prazo ou por ter taxas pós-fixadas. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo, todos de classificação de hierarquia Nível 2, conforme nota explicativa 3 d. – **Instrumentos financeiros: Contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar** – Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. **Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, investimentos a pagar** – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de empréstimos específicas para empréstimos.

Depósitos bancários	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos bancários	330	364	1.469	2.534
Aplicações financeiras	16.806	12.404	34.111	18.751
	17.136	12.768	35.580	21.285

As aplicações financeiras possuem vencimento de até 3 meses da data de aplicação e são remuneradas a taxas que variam entre 98,5% a 100% do CDI (certificado de depósito interbancário) e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6. Contas a receber de clientes	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Duplicatas a receber	65.438	64.598	87.062	85.419
Duplicatas a receber – exterior	286	186	286	186
Valores a receber de operadoras de cartão de crédito	7.458	6.015	7.458	6.015
	73.182	70.799	94.806	91.620
(i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.369)	(2.673)	(4.369)	(2.768)
(ii) Ajuste a valor presente de duplicatas a receber	(340)	(340)	(340)	(340)
(iii) Provisão com rebates franquias	(122)	—	(122)	—
(+/-) Variação Cambial – Clientes exportação	7	—	7	—
	68.358	67.786	89.982	88.512
Ativo circulante	68.158	67.618	89.733	88.344
Ativo não circulante	200	168	249	168

O Ajuste a valor presente de duplicatas a receber refere-se operações de valores a receber de vendas com a controladora Americanas S.A., e o vencimento será em 2059. O aging list do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

A vencer	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Vencidos até 30 dias	67.517	66.184	88.527	85.984
Vencidos de 31 a 60 dias	1.215	1.807	1.818	2.726
Vencidos de 61 a 90 dias	57	83	64	84
Vencidos de 91 a 120 dias	8	21	12	26
Vencidos de 121 a 180 dias	7	10	7	10
Vencidos a mais de 180 dias	9	21	9	54
(i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.369	2.673	4.369	2.736
(ii) Ajuste a valor presente de duplicatas a receber	(4.369)	(2.673)	(4.369)	(2.768)
(iii) Provisão com rebates franquias	(340)	(340)	(340)	(340)
(+/-) Variação Cambial – Clientes exportação	(122)	—	(122)	—
	7	—	7	—
	68.358	67.786	89.982	88.512

Valores a receber de operadora de cartão de crédito – as vendas por cartões de crédito podem ser realizadas à vista ou por meio de parcelamentos. O risco de crédito com o consumidor final nessas operações é assumido pelas operadoras de cartões de crédito. O Ajuste a valor presente de duplicatas a receber refere-se operações de valores a receber de vendas com a controladora Americanas S.A., e o vencimento será em 2059. Duplicatas a receber – O Grupo oferece a seus clientes pessoas jurídicas parcelamentos por meio de duplicatas. O risco de crédito nessas operações é assumido pela Companhia. O valor da provisão para perdas estimadas é baseado na análise da administração sobre perdas esperadas nos créditos vencidos e a vencer. A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa está apresentado a seguir:

Saldo inicial	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Adições	(2.673)	(3.789)	(2.768)	(4.105)
Reversões	(1.839)	(387)	(1.971)	(514)
Saldo final	(4.369)	(4.176)	(4.739)	(4.619)

7. Estoques	Controladora e Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
Mercadorias para revenda	16.987	14.621
Produtos acabados	1.640	2.000
Matérias-primas	1.090	974
Estoques em trânsito	2.618	4.111
Produtos em elaboração	37	133
Estoque em poder de terceiros para beneficiários	439	303
(i) Ajuste ao valor realizável líquido	(897)	(531)
	21.914	21.611

de 31 de dezembro de 2025 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no fim do exercício de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Controladora e Consolidado (Não auditado)	Cenário Remoto		Cenário Possível	
	2025	2024	2025	2024
Base de cálculo R\$	5.5024	5.5024	5.5024	5.5024
Taxa câmbio estimada para exercício de 2026 (a)	5,5000	6,8750	8,2500	8,2500
Contas a receber – exterior	286	72	143	143
Fornecedores estrangeiros	(4.958)	2	(1.237)	(2.476)

DÓLAR
Taxa de câmbio em 31/12/2025
Taxa câmbio estimada para exercício de 2026 (a)
Contas a receber – exterior
Fornecedores estrangeiros
Receita (Despesa) de variação cambial no resultado
(a) Fonte: Estimativa de cotação do dólar para o exercício 2026 de R\$ 5,50, divulgada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório Focus emitido em 03/01/2026. (v) **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos. A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia e suas controladas não designam derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado da Companhia e suas controladas. A exposição ao risco de taxa de juros está assim representada:

Instrumentos financeiros com taxa de juros pós-fixada	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras – caixa e equivalentes de caixa	16.806	12.404	34.111	18.751
Empréstimos e financiamentos	(65)	(34.777)	(65)	(34.777)
Exposição líquida	16.741	(22.373)	34.046	(16.026)
Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:				
Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos da Companhia e suas controladas são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, foi mensurado considerando uma taxa base de CDI em 13,75%. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses. A análise pressupõe que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.				

Operação	Valores R\$	Risco	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
			Taxa CDI estimada	Receita/(despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita/(despesa) estimada
Aplicações financeiras	34.111	Baixa CDI	15,00%	5.117	11,25%	3.837
Empréstimos e financiamentos	(65)	Alta CDI	15,00%	(10)	18,75%	(12)
Efeito líquido				5.107		3.825

Os saldos de produtos acabados, em elaboração, e estoques em poder de terceiros para beneficiários correspondem a produção de facionados (ateliês) de linhas de lingerie e banho, da controlada IMB Têxtil S.A. **a. Ajuste ao valor realizável líquido:** O saldo de ajuste ao valor realizável líquido estão apresentados pelos valores líquidos da provisão para perdas, obsolescência de itens de coleções antigas ou de baixa rotatividade ou classificados como não vendáveis, por defeitos diversos.

Saldo inicial	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Adições	(531)	(413)	(531)	(413)
Saldo final	(897)	(531)	(897)	(531)

8. Impostos a recuperar	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar	31	142	31	142
PIS/COFINS a recuperar	508	498	517	531
IRPJ e CSLL a recuperar	467	—	467	—
	1.006	640	1.015	673

O saldo de exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, refere-se ao trânsito em julgado, em 5 de setembro de 2019, do processo onde a controlada IMB Têxtil S.A., de acordo com os assessores jurídicos o ICMS a ser excluído é o destacado na nota fiscal de saída.

9. Adiantamentos	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos a funcionários	97	70	123	82
Adiantamentos a fornecedores	250	160	558	176
Adiantamentos para importação	1.377	922	1.378	924
	1.724	1.152	2.059	1.182
Ativo circulante	1.701	922	2.036	952
Ativo não circulante	23	230	23	230

10. Impostos diferidos – O imposto de renda e contribuição social diferidos possuem a seguinte origem:

Ativo	Controladora e Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social	7.623	7.809
Prejuízo fiscal e base negativa	7.623	7.809
Imposto diferido		
A seguir a expectativa de recuperabilidade dos impostos diferidos:		
Exercícios	2025 (Não auditado)	2024 (Não auditado)
2025	—	1.347
2026	836	2.003
2027	1.088	3.117
2028	1.148	1.342
2029	1.436	—
2030	1.748	—
2031	1.367	—
	7.623	7.809

A Companhia avalia constantemente a recuperação dos seus créditos fiscais e mantém no balanço patrimonial o saldo líquido da expectativa de recuperação. Baseada nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar parte do crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa nos próximos exercícios.

11. Investimentos	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.	100%	100%	100%	100%
Saldo em 01 de janeiro de 2024	22.144	22.144	22.144	22.144
Equivalência patrimonial	30.481	30.481	30.481	30.481
Dividendos	(22.781)	(22.781)	(22.781)	(22.781)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.844	29.844	29.844	29.844

12. Empréstimos e financiamentos – Controladora e Consolidado	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024	2025	2024
Equivalência patrimonial	33.626	33.626	33.626	33.626
Dividendos	(47.581)	(47.581)	(47.581)	(47.581)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.889	15.889	15.889	15.889

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras na empresa controlada durante o exercício:

Participação	Capital Social	Patrimônio líquido	Lucro/(Prejuízo)	2024 (Não auditado)			
				2025	2024	2025	2024
100,00%	11.363	29.844	30.481				

Participação	Capital Social	Patrimônio líquido	Lucro/(Prejuízo)	2025 (Não auditado)			
				2025	2024	2025	2024
100,00%	11.363	15.889	33.626				

País	Modalidade	Taxa de juros (%)	Vencimento	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
IMB Têxtil	Risco Sacado	CDI + 2,20% a.a.	jun/2026	65	—	—	—
IMB Têxtil	FINIMP	CDI + 2,85% a.a.	Set/2025	—	—	20.534	—
IMB Têxtil	Debêntures	128% CDI	Out/2025	—	—	14.243	—
				65	—	34.777	—

A Companhia possui uma operação de risco sacado firmado com o Banco Santander na aquisição de computadores, o acordo não prevê taxa de juros e existência de garantias. A movimentação dos empréstimos e financiamento no exercício deu-se da seguinte forma:

Controladora e Consolidado (Não auditado)	Movimentação	
	2025	2024
Saldo inicial	34.777	32.475
(+) Captações	87	14.000
(-) Juros acumulados	4.208	3.676
(-) Amortização de principal	(28.852)	(14.400)
(-) Amortização de juros	(10.155)	(974)
Saldo final	65	34.777

Controladora e Consolidado (Não auditado)	Fornecedores nacionais		Fornecedores estrangeiros (US\$)	
	2025	2024	2025	2024
	8.964	8.184	4.958	6.781
	13.922	14.965		

As contas a pagar aos fornecedores são registradas conforme definidos em contratos firmados, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas e pelo valor montante líquido.

Controladora (Não auditado)	Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
Provisão de férias a pagar	5.034	3.389
Salários e ordenados a pagar	1.922	1.491
INSS a pagar	567	881
IRRF a pagar	126	106
GGTS sobre salários	358	238
	8.007	6.105

Controladora (Não auditado)	Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
ICMS a recolher	1.723	2.280
PIS/COFINS a recolher	1.613	1.525
ISS a recolher	97	156
IFI a recolher	782	580
Outros	18	17
	4.233	4.558

Passivo Circulante
Passivo Não circulante

Controladora (Não auditado)	Consolidado (Não auditado)	
	2025	2024
Cíveis	86	86
Tributárias	—	2
Trabalhistas	95	95
	181	183

Existem

... continuação

A Companhia reconhece a receita quando satisfeito as obrigações de performance do contrato.

20. Despesas por natureza

Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)		
2025	2024	2025	2024	
Custo das mercadorias vendidas	(82.773)	(81.492)	(82.773)	(81.492)
Salários e encargos	(25.955)	(18.945)	(31.195)	(24.052)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(3.303)	(1.981)	(3.484)	(2.192)
Comissões	(1.678)	(1.247)	(1.678)	(1.247)
Depreciação/amortização	(4.048)	(2.986)	(4.062)	(2.998)
Publicidade e propaganda	(7.121)	(6.323)	(7.131)	(6.344)
Viagens e representações	(580)	(495)	(930)	(767)
Provisão para contingências	(86)	—	(86)	—
Frete e carretos	(8.077)	(6.868)	(8.077)	(6.870)
Tributos e taxas	(2.339)	(2.161)	(2.368)	(2.194)
Aluguéis e manutenção	(4.412)	(3.228)	(4.412)	(3.243)
Informática	(2.748)	(1.692)	(2.748)	(1.710)
Consultoria	(702)	(865)	(702)	(870)
Outras despesas	(9.293)	(7.616)	(10.322)	(8.512)
Total	(153.115)	(135.899)	(159.968)	(142.491)
Custos dos produtos vendidos	(82.773)	(81.492)	(82.773)	(81.492)
Despesas com vendas	(33.882)	(26.854)	(37.646)	(30.803)
Despesas gerais e administrativas	(36.460)	(27.553)	(39.549)	(30.196)
	(153.115)	(135.899)	(159.968)	(142.491)

21. Resultado financeiro líquido

Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)		
2025	2024	2025	2024	
Descontos obtidos	90	104	90	104
Juros recebidos	971	809	1.461	975
Rendimentos de aplicações financeiras	1.267	893	3.877	2.499
Varição cambial ativa	257	108	257	108
Outras receitas financeiras	154	142	295	160
Total de receitas financeiras	2.739	2.056	5.980	3.846
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(1.205)	(336)	(1.589)	(702)
Despesas bancárias	(288)	(204)	(328)	(239)
IOF	(105)	(64)	(105)	(64)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(4.208)	(3.676)	(4.208)	(3.676)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(1.489)	(5.127)	(1.489)	(5.127)
Juros passivos	(277)	(395)	(591)	(620)
Varição cambial passiva	(509)	(314)	(509)	(314)
Total de despesas financeiras	(8.081)	(10.116)	(8.819)	(10.742)
Resultado financeiro líquido	(5.342)	(8.060)	(2.839)	(6.896)

22. Operações de arrendamentos – Em 31 de dezembro de 2025, as controladas possuem contratos classificados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme mencionado na nota 3. A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculada sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato.

Diretoria

Pablo Zettermann da Fontoura – Diretor Presidente

David do Couto Cordeiro – Contador - CRC RJ-102.878/O-0

IMB Têxtil S.A.

a) Composição do ativo de direito de uso:

Empresa		Imóveis	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	31/12/2025 Valor líquido
IMB Têxtil	Sede São Paulo		Até Feb/2025	4.346	(797)	3.549
IMB Têxtil	CD Biguaçu		Até Jan/2030	19.408	(6.763)	12.645
				23.754	(7.560)	16.194

b) Direito de uso de arrendamentos

Empresa		Imóveis	Prazo médio anual	01/01/2024	Adições (a)	31/12/2024
Custo						
IMB Têxtil	Sede São Paulo		5	4.017	—	4.017
IMB Têxtil	CD Biguaçu		5	11.126	315	11.441
				15.143	315	15.458
Depreciação						
IMB Têxtil	Sede São Paulo		5	(3.069)	(874)	(3.943)
IMB Têxtil	CD Biguaçu		5	(3.098)	(1.334)	(4.432)
				(6.167)	(2.208)	(8.375)
Saldo líquido						
IMB Têxtil	Sede São Paulo		5	948	(874)	74
IMB Têxtil	CD Biguaçu		5	8.028	(1.019)	7.009
				8.976	(1.893)	7.083

(a) As adições são referentes a remensuração de contratos de arrendamentos.

c) Passivo de arrendamento

Empresa		Imóvel	01/01/2025	Adições	31/12/2025
IMB Têxtil	Sede São Paulo		96	4.346	4.442
IMB Têxtil	CD Biguaçu		7.852	7.967	15.819
			7.948	12.313	20.261
Passivo circulante			1.402	—	1.402
Passivo não circulante			6.546	—	6.546

Empresa		Imóvel	01/01/2024	Adições	31/12/2024
IMB Têxtil	Sede São Paulo		1.206	—	1.206
IMB Têxtil	CD Biguaçu		8.716	315	9.031
			9.922	315	10.237
Passivo circulante			2.278	—	2.278
Passivo não circulante			7.644	—	7.644

23. Partes relacionadas – a. Saldo de Partes Relacionadas com entidades do grupo Americanas S.A.

Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
2025	2024	2025	2024
Duplicatas a receber			
Bit Services Inovação e Tecnologia Ltda.	26	—	—
Americanas S.A.	357	380	380
	383	380	380

24. Resultado por ação – Básico e diluído: O resultado básico por ação é calculado mediante divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Não há diferença entre o resultado por ação básico e o resultado por ação diluído pois não há ações potenciais diluidoras:

Controladora (Não auditado)	
2025	2024
31.375	36.830
44.265.936	3.265.936
3,0120	11,2770

25. Cobertura de seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As coberturas foram contratadas:

Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
2025	2024	2025	2024
31.375	36.830	31.375	36.830
44.265.936	3.265.936	44.265.936	3.265.936
3,0120	11,2770	3,0120	11,2770

26. Remuneração dos administradores – Em 2025 foi pago a título de remuneração aos Administradores o montante de R\$ 1.796 (R\$ 863 em 2024). Não foi ou é feito pagamento de qualquer outro valor, benefício ou prêmio e não houve remuneração por outros serviços realizados pelos administradores. Igualmente não existe plano de remuneração em ações, benefícios pós-emprego ou por cessação do exercício do cargo. 27. Eventos Subsequentes – Em 27 de janeiro de 2026, a controlada indireta Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. aprovou a redução de capital social mediante ao cancelamento de 5.000.000 (cinco milhões) de quotas, detidas pela única sócia IMB Têxtil S.A., equivalente ao montante de 5.000 reais mil.

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2024

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.944)	73
11.441	(4.431)	7.010
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

Adições (a)

Baixas (a)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.346	(874)	3.472
7.967	—	7.967
12.313	(4.017)	8.296

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.009
15.458	(8.375)	7.083

Controladora e consolidado (Não auditado)

31/12/2025

Custo	Depreciação	Valor líquido
4.017	(3.943)	74
11.441	(4.432)	7.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

 **Contato:** (11) 3361-8833

 **Orçamentos:** comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo





Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 21/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

